

QUANDO O CORPO NÃO CABE NO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE TRANSFOBIA NAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO

Jonas dos Reis Souza¹

QUANDO O CORPO DESAFIA

Este trabalho é mais que uma análise, é um manifesto a partir de (mais) um episódio de transfobia, que é a violência contra corpos e expressões de gênero que desviam das normas cisheteronormativas, independentemente da identidade de gênero da pessoa, ocorrido em uma academia de musculação na cidade de Recife, no Nordeste do Brasil, para refletir sobre como a cisheteronormatividade estrutura os espaços de sociabilidade corporal e os processos formativos na Educação Física. Embora academias sejam formalmente espaços privados, elas se configuram, na prática, como espaços públicos de sociabilidade, circulação e exposição dos corpos, funcionando como territórios de disputa simbólica, estética e política.

O caso analisado ocorreu em 26 de maio de 2025, quando a personal trainer e ex-fisiculturista Kely Moraes, de 45 anos, mulher negra, cisgênera, foi impedida de acessar o banheiro feminino da academia onde foi trabalhar após ser lida como uma mulher trans. Uma cliente (agressora) do local abordou Kely afirmando que aquele não era o "seu lugar", acusando-a de estar no banheiro errado. O constrangimento escalou para uma situação de violência simbólica e verbal, quando, além da cliente, o seu esposo (também agressor) reforçou que ela deveria usar outro banheiro, dito "inclusivo", localizado em outro andar, segregando seu corpo do espaço comum às demais mulheres (Pinheiro, ao Metrôpoles, 2025).

Em suas falas de defesa, o casal afirmou que sua atitude foi apenas "informativa" e "na tentativa de ajudar", negando qualquer prática discriminatória. A fala da agressora: "Pelo porte físico dela, pela aparência, eu só pensei que ela fosse uma pessoa que se identificasse de outra forma. Em nenhum momento eu cometi nenhum crime, nem fui desrespeitosa" (Castro, ao G1, 2025) é exemplar de como as violências contra corpos que fogem da norma de gênero são naturalizadas e justificadas socialmente.

Apesar de ser uma mulher cis, Kely foi alvo de transfobia, evidenciando que qualquer corpo que fuja das normas estéticas e de gênero — neste caso, um corpo feminino hipermusculoso e preto — torna-se ilegível, abjeto e passível de sanção. Ao tornar pública a situação nas redes sociais, a personal expôs não apenas uma agressão individual, evidencia a transfobia estrutural como um mecanismo social de controle e disciplinamento dos corpos,

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, jonasreisedf@gmail.com

materializado na regulação do acesso ao banheiro — espaço simbólico de validação e reconhecimento de gênero.

Assim, o presente trabalho propõe uma análise crítica desse episódio, não como fato isolado, mas como manifestação da cisnormatividade operando nas interações cotidianas, especialmente em espaços de prática corporal. Com isso, tensionamos também o campo da Educação Física, que, ao longo da sua história, se estruturou a partir de epistemologias biologicistas, cisnormativas e colonialistas, negligenciando corpos dissidentes e colaborando para sua exclusão sistemática.

Diante desse episódio, torna-se necessário mobilizar reflexões que desvelem como corpos dissidentes — e, neste caso, o corpo de uma mulher preta — seguem sendo tratados como ameaça às normas cisheteronormativas, sendo vigiados, interditados e expulsos dos espaços de sociabilidade. Para essa análise, me apoio em Foucault (1975), que discute como os dispositivos de vigilância e punição operam cotidianamente no controle dos corpos, e em Bento (2006, 2014), que evidencia como a cisgeneridade compulsória organiza quem é legitimado como sujeito. Além disso, Lugones (2008) permite compreender como essas violências estão atravessadas pela colonialidade, que articula gênero, raça e sexualidade na produção de hierarquias e subalternidades. Somam-se a isso as contribuições de Butler (2018) e Preciado (2014), que nos ajudam a entender o gênero como uma tecnologia política de controle, e não como dado natural. É com esse aporte que me proponho a refletir sobre o caso, entendendo-o como expressão de um projeto social que insiste em produzir fronteiras sobre os corpos e interditar existências.

CORPOS EM DISPUTA

Pensar os atravessamentos da transfobia sobre o corpo de uma mulher cis em uma academia exige compreender que não se trata de um episódio isolado, tampouco de um mal-entendido circunstancial. Conforme Judith Butler (2018), isso revela como os regimes de gênero operam através do policiamento constante das performances de gênero, punindo qualquer manifestação que ameace a matriz cultural da inteligibilidade de gênero.

Butler (2018) também nos lembra que o gênero não é uma essência, mas um efeito da repetição de atos, normas e discursos que estabelecem os limites do que pode ou não ser inteligível como “homem” ou “mulher”. Quando essa coerência é rompida — seja por uma pessoa trans, uma travesti ou uma mulher musculosa que desestabiliza os signos da

feminilidade normativa —, aciona-se o dispositivo de controle social que produz abjeção, interdição e violência.

Berenice Bento (2006; 2014) aprofunda esse debate ao afirmar que a cisgeneridade é um regime político, que exige que os corpos sejam legíveis, inteligíveis e aderentes às normas binárias de gênero. Quando essa inteligibilidade falha, o corpo é imediatamente deslocado para o campo do não-pertencimento.

As academias, longe de serem espaços neutros, são dispositivos de biopoder (Foucault, 1975), que operam na fabricação de corpos produtivos, belos, magros, hipermusculosos e perfeitamente aderentes às expectativas de gênero. Posso afirmar através das minhas experiências no curso de formação em Educação Física, que a maneira que os corpos são vistos e entendidos como corpos treináveis não cabe a pessoas com corpos dissidentes, através de situações LGBTfobia dentro do curso e das exclusões nas discussões sobre treinamento físico, a rejeição a homens gays afeminadas que desejam glúteos e coxas grandes no lugar de braços fortes e peitos estufados e a mulheres que desejam um corpo musculoso por perderem a ‘feminilidade’. Além dos vários reforços a negação de pessoas trans no esporte, desde professores a alunos, afirmarem de forma preconceituosa e com total desconhecimento sobre processos de hormonização desse atletas.

Paul B. Preciado (2014), ao propor o conceito de corpos como tecnologias políticas, evidencia que não nascemos simplesmente com corpos biológicos neutros, mas que os corpos são constantemente produzidos, regulados e inscritos por um conjunto de tecnologias biomédicas, estéticas, farmacológicas e discursivas. A sociedade contemporânea opera uma verdadeira engenharia dos corpos, na qual gênero, sexualidade e performance são constantemente monitorados e calibrados para aderir às expectativas cisheteronormativas e capitalistas.

Ao mobilizar epistemologias feministas, transfeministas e decoloniais (Lugones, 2008; Collins, 2019; Pereira et al., 2022), compreendemos que os saberes produzidos nos corpos dissidentes são não apenas resistências, mas epistemologias insurgentes que desafiam os cânones da Educação Física e das práticas corporais normativas.

CORPOS QUE DESESTABILIZAM O SISTEMA

O episódio com Kely não foi um mal-entendido, mas a expressão concreta de um dispositivo de controle que regula quais corpos e gêneros são inteligíveis no espaço social. Nas academias, esse regime cisheteronormativo se manifesta de forma explícita, funcionando

como fábricas de corpos que reforçam os padrões binários de gênero. Corpos que escapam dessa lógica — como o de Kely, uma mulher hipermusculosa — são lidos como desvio ou ameaça. A transfobia presumida que ela sofreu reflete um regime tecno-político, como discute Preciado (2014), que exige coerência entre biologia, aparência e comportamento. Quando essa coerência não se apresenta, ativam-se os dispositivos de controle social, tornando a violência não apenas simbólica, mas concreta, material e cotidiana.

O banheiro, espaço material e simbólico da confirmação de gênero, se torna, nesse episódio, o território onde se desenrola uma pedagogia da violência cisnormativa. A fala do agressor — “tem um banheiro lá embaixo para ela, é inclusivo” — não pode ser lida como uma tentativa de acolhimento. Trata-se de uma estratégia de segregação, uma tecnologia de controle que desloca o corpo lido como dissidente para um não-lugar, reafirmando a hierarquia dos corpos e dos gêneros.

É fundamental destacar que esse tipo de violência não surge do nada. Ele é alimentado, sustentado e legitimado por um imaginário social que produz constantemente o que Butler (2018) chamou de corpos abjetos — aqueles que não se alinham, não se acomodam e não performam adequadamente os signos da cisgeneridade compulsória. O que está em jogo aqui não é apenas a disputa pelo uso de um banheiro, mas a própria disputa sobre quem tem o direito de existir, circular, ocupar e ser reconhecido no espaço público.

Além disso, a violência não está restrita à agressão verbal direta. Ela se estende ao silêncio das instituições, à omissão de quem deveria intervir, aos olhares que se desviam ou que assistem sem se posicionar. A própria necessidade que Kely sente de, em determinado momento, recorrer ao seu documento de identidade como prova material de seu pertencimento de gênero, revela como os corpos, especialmente os corpos que fogem dos padrões estéticos cisheteronormativos, são constantemente convocados a provar sua legitimidade, sua autenticidade e sua existência.

Essa lógica não se restringe às academias. Ela é a mesma que opera nas escolas, nas universidades, nos ambientes de trabalho e nos espaços públicos em geral, onde corpos dissidentes são sistematicamente vigiados, controlados e expulsos. Quantas pessoas trans que você conhece que praticam esportes ou frequentem academias de musculação? Essa ausência não é aleatória, nem circunstancial. Ela é o produto de um sistema que organiza, desde sempre, quem pode e quem não pode ocupar espaços públicos e sociais.

O episódio, portanto, reflete e reafirma que a cisnormatividade não é um erro ocasional no tecido social, mas uma norma operante, cotidiana, estruturante. É ela que regula a vida, o acesso, a mobilidade, a segurança e a própria existência dos corpos. Esse caso, que não é

isolado, expõe de forma ainda mais brutal como qualquer corpo que não performe adequadamente os signos da feminilidade ou da masculinidade normativa é imediatamente colocado sob suspeita, interdição e controle. E qual repercussão teria nas mídias se fosse uma mulher trans e preta passando por essa violência?

Expandir essa análise é também reconhecer que o episódio não é só sobre Kely. É sobre toda uma coletividade de pessoas trans, travestis, não binárias e também sobre mulheres cis que vivem seus corpos de formas que desafiam as normas, que transgridem as expectativas, que existem nas frestas, nas bordas, nas rachaduras da cisheteronormatividade. É, portanto, uma questão coletiva, social, estrutural.

A análise desse episódio nos convoca a repensar a própria estrutura curricular da Educação Física. A ausência de corpos trans, travestis, não binários, gordos, pretos, afeminados e dissidentes não é um lapso institucional, mas um projeto epistêmico de apagamento, profundamente vinculado à colonialidade do gênero (Lugones, 2008) e aos epistemicídios (Collins, 2019).

No meu período formativo (2015-2021) na Universidade Federal de Sergipe, me revoltava perceber que, assim como eu, todos os outros graduandos da Educação Física não foram e não são profissionalizados para atender essas demandas e preencher as lacunas científicas relacionadas aos corpos dissidentes.

Se a Educação Física quer se construir como um campo comprometido com os direitos humanos, com a dignidade e com a justiça social, ela precisa, urgentemente, ampliar os estudos e discussões e romper com seus fundamentos cisheteronormativos, biologicistas e coloniais. Isso não se faz com uma disciplina optativa sobre diversidade, nem com uma palestra pontual. Isso se faz com uma revolução epistêmica, ética e pedagógica que coloque no centro as epistemologias produzidas nos corpos dissidentes e repense os conceitos biológicos que não podem considerar apenas uma visão, que é excludente, sobre os diversos corpos e suas particularidades.

CORPOS QUE RESISTEM E TRANSBORDAM

O episódio que analiso não é uma exceção. Ele é a regra. Uma regra que organiza os espaços, os currículos, os saberes e os corpos. Mas também é uma regra que encontra resistência. Porque se há norma, há também desobediência.

Nossos corpos não cabem nos banheiros que nos negam, nas fichas que nos padronizam, nos espelhos que nos deformam, nem nas epistemologias que nos silenciam. Antes de tudo,

somos corpos políticos, corpos que exalam vida, carregam cicatrizes, memórias e experiências, e que se erguem como instrumentos de resistência.

Este trabalho é, portanto, mais que uma análise. É um manifesto. É uma declaração de insurgência, de resistência e de produção de saberes a partir das margens, dos espaços negados, das salas de aula e das academias que, queiram ou não, terão de nos engolir.

PALAVRAS CHAVES: Gênero, Transfobia, Corpos Dissidentes, Academia, Espaços Públicos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense, 2014.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, Beatriz. Casal que impediu personal de entrar em banheiro ao confundi-la com trans diz que tentou ajudar: 'Interpretam de forma errada'. G1 Pernambuco, 30 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2025/05/30/casal-que-impediu-personal-de-entrar-em-banheiro-ao-confundi-la-com-trans-diz-que-tentou-ajudar-interpretam-de-forma-errada.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 2, p. 1-18, 2008.

PEREIRA, Amara Moira; BENEVIDES, Bruna; ROCHA, Jaqueline Gomes de Jesus. Transfeminismos: Teorias e práticas. São Paulo: Zouk, 2022.

PINHEIRO, Mirelle. Casal confunde personal com trans e a impede de usar banheiro; vídeo. Metrôpoles, 27 maio 2025. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/colunas/mirelle-pinheiro/casal-confunde-personal-com-trans-e-a-impede-de-usar-banheiro-video>. Acesso em: 27 maio 2025

PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.